

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.463	53.346	Fornecedores	13	7.162	29.035
Caixa restrito	6	-	3.713	Empréstimos e financiamentos	14	28.238	5.414
Ativo financeiro de concessão	7	91.013	34.410	Arrendamento mercantil	15	306	313
Contas a receber	8	11.062	4.166	Obrigações e encargos trabalhistas	16	3.656	1.410
Impostos e contribuições a compensar	9	1.286	1.424	Obrigações tributárias	17	2.735	1.483
Adiantamentos a fornecedores	10	7.544	53.004	Partes relacionadas	18	12	12
Outras contas a receber	-	614	153	Dividendos		1.144	87
		<u>112.982</u>	<u>150.216</u>			<u>43.253</u>	<u>37.754</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	265.475	244.631
Impostos diferidos	19.1	13.080	14.187	Arrendamento mercantil	15	695	1.000
Contas a receber	8	121.462	8.677	Partes relacionadas	18	233	233
Ativo financeiro de concessão	7	461.592	174.960	Impostos diferidos	19.2	141.498	69.649
		<u>596.134</u>	<u>197.824</u>	Provisões	20	15.602	10.890
				Receita Diferida	21	2.037	1.595
						<u>425.540</u>	<u>327.998</u>
				Total do passivo		<u>468.793</u>	<u>365.752</u>
Imobilizado		11	14	Patrimônio líquido			
Intangível	11	1.824	1.423	Capital social	22.1	69.282	65.637
Ativo financeiro em formação	12	367	141.820	Reserva de lucros		173.243	59.907
		<u>598.336</u>	<u>341.081</u>	Total do patrimônio líquido		<u>242.525</u>	<u>125.544</u>
Total do ativo		<u><u>711.318</u></u>	<u><u>491.297</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>711.318</u></u>	<u><u>491.297</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	-	362.216	258.490
Custos dos serviços prestados	24	(226.131)	(240.957)
Lucro bruto	23	136.085	17.533
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(16.142)	(9.875)
Outras despesas/receitas operacionais		172	(120)
Lucro antes do resultado financeiro		120.115	7.539
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	83.385	33.083
Despesas financeiras	27	(29.668)	(27.051)
		53.717	6.033
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		173.832	13.570
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	19.3	(56.924)	(4.845)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	19.3	(2.515)	-
Lucro líquido do exercício		114.393	8.726

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	114.393	8.726
Resultado abrangente do exercício	<u>114.393</u>	<u>8.726</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social			Reserva de Lucros		Lucros do período	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2020		52.000	(11.261)	40.739	2.764	48.356	-	91.859
Integralização de capital social	22.1	-	7.799	7.799	-	-	-	7.799
Aumento capital social	22.1	17.099	-	17.099	-	-	-	17.099
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.726	8.726
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	436	-	(436)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	8.290	(8.290)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	22.2	-	-	-	-	(87)	-	(87)
Reversão de dividendos mínimos 2020	22.2	-	-	-	-	149	-	149
Em 31 de dezembro de 2021		<u>69.099</u>	<u>(3.462)</u>	<u>65.637</u>	<u>3.200</u>	<u>56.707</u>	<u>-</u>	<u>125.544</u>
Integralização de capital social	22.1	-	3.462	3.462	-	-	-	3.462
Aumento capital social	22.1	183	-	183	-	-	-	183
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	114.393	114.393
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	5.720	-	(5.720)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	108.673	(108.673)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2022	22.2	-	-	-	-	(1.144)	-	(1.144)
Reversão de dividendos mínimos 2021	22.2	-	-	-	-	87	-	87
Em 31 de dezembro de 2022		<u>69.282</u>	<u>-</u>	<u>69.282</u>	<u>8.920</u>	<u>164.323</u>	<u>-</u>	<u>242.525</u>

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	173.832	13.570
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(22.310)	(24.442)
Depreciações e amortizações	315	298
Encargos sobre empréstimos	37.581	21.438
Juros sobre mútuo	266	2.450
IOF	-	297
Variações monetárias sobre ativo financeiro	(82.009)	(32.012)
Demais variações monetárias	(1.139)	(376)
Reequilíbrio financeiro	(111.645)	(1.679)
Provisões	4.713	4.079
Apropriação Receita diferida	443	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	16.030	5.712
	<u>16.076</u>	<u>(10.781)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	40.662	33.789
Contas a receber de clientes	(6.897)	3.618
Impostos e contribuições a compensar	138	(63)
Adiantamentos a fornecedores	45.298	(40.176)
Outras contas a receber	(298)	142
Fornecedores	(21.873)	14.943
Obrigações e encargos trabalhistas	2.246	2
Obrigações tributárias	1.252	366
Arrendamento mercantil CPC 06	(312)	(581)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.515)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>73.779</u>	<u>1.260</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aportes do Poder Concedente	40.247	164.864
Caixa restrito	3.712	(3.712)
Aquisição bens patrimoniais/intangível	(714)	(256)
Aquisições do ativo financeiro em formação	(165.808)	(192.624)
Custos de empréstimos com ativo financeiro em formação	(12.565)	(6.823)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(135.128)</u>	<u>(38.551)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	54.133	120.131
Amortização de empréstimos e financiamentos	(13.936)	(2.785)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(37.349)	(18.454)
Custo na captação de recursos com terceiros	638	(5.519)
Captação de arrendamento mercantil	3.100	124
Amortização de arrendamento	(439)	(96)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(58)	(7)
Captação de mútuo com partes relacionadas	11.000	16.000
Amortização de mútuo com partes relacionadas	(11.000)	(55.000)
Pagamento de juros sobre mútuo com partes relacionadas	(266)	(3.734)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>5.822</u>	<u>50.660</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	3.646	24.898
Partes relacionadas	-	(125)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamentos com acionistas	<u>3.646</u>	<u>24.773</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(51.882)</u>	<u>38.141</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	53.346	15.205
No fim do exercício	1.463	53.346
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(51.882)</u>	<u>38.141</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Parte.

Em 24 de agosto de 2022, a através do termo de arrolamento a Companhia transferiu o Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher à Secretaria do Estado de Saúde. A operação do hospital iniciou em 13 de outubro de 2022.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 27 de março de 2023.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.2. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

3.3. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente.

3.4. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

3.5. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão demonstrados na nota 20.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.9. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.11. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.12. Apurações do resultado

A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.13. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

CPC 15 (R1) - Combinação de negócios - Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Alterações à IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

Não houve impacto significativo das demonstrações da Companhia.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber:

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

CPC 50 - Contratos de Seguro - Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	213	185
Aplicações financeiras		
Banco Bradesco S.A	-	52.615
Banco Itau S.A	8	1
Banco Santander S/A	1.242	545
	<u>1.463</u>	<u>53.346</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

6. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito no montante de R\$ 3.713 em 2021 foi substituído pelo contrato de fiança junto ao Banco Itaú Unibanco S/A.

7. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2022
Transferência ativo financeiro	353.203	581.479	934.682
Atualização do ativo financeiro	121.531	82.009	203.540
Recebimentos de aportes	(155.056)	(279.591)	(434.647)
Recebimentos Contraprestação fixa	(110.308)	(40.662)	(150.970)
	<u>209.370</u>	<u>343.235</u>	<u>552.605</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro	<u>552.606</u>	<u>209.370</u>
	<u>552.606</u>	<u>209.370</u>
Circulante	<u>91.013</u>	<u>34.410</u>
Não Circulante	<u>461.592</u>	<u>174.960</u>

8. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Parcela variável	10.950	4.140
Receita acessória	151	44
Direito de exploração	(39)	(18)
Reequilíbrio financeiro	121.462	8.677
	<u>132.524</u>	<u>12.843</u>
Circulante	<u>11.062</u>	<u>4.166</u>
Não Circulante	<u>121.462</u>	<u>8.677</u>

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

Em outubro de 2022, a Companhia protocolou junto à Secretaria do Estado de Saúde, um novo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do contrato de concessão. O pedido contempla a frustração no recebimento das contraprestações fixas e variáveis consequentes do atraso no início das operações do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente e considerando que a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa, pois a recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão e houve incontroverso atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do HCRSM. A Companhia registrou o valor de R\$ 94.565 a valores originais.

A metodologia utilizada para o cálculo de reequilíbrio financeiro é a utilização do fluxo de caixa marginal apurado na postergação da obra do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher, com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, gerando um VPL equivalente 0 (zero) em fevereiro de 2014 a uma taxa de desconto de 8,63% (média 3 meses NTN-B 2045 + Spread de 2,5%), conforme previsto no contrato de concessão.

Adicionalmente, a linha de "Reequilíbrio financeiro" também compreende os saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS, contraprestações fixas e variáveis do período de 26 de agosto a 12 de outubro de 2022 e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia.

Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

9. Impostos e contribuições a compensar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo negativo de IRPJ	331	548
Saldo negativo de CSLL	110	118
Impostos pagos a maior	845	758
	<u>1.286</u>	<u>1.424</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

10. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipados pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados na obra ou prestação de serviços ao cliente. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	1.252	32.521
Elekta Solutions A.B	-	5.394
Siemens Healthcare Diagnósticos	-	4.100
Condor Internacional	-	2.333
GE Brasil Healthcare do Brasil	933	-
Swisslog Healthcare Italy S.P.A. SU	1.001	4.871
Demais fornecedores	4.358	3.785
	<u>7.544</u>	<u>53.004</u>

11. Intangível

Intangível	Custo	Atualizaçã o	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
				Líquido	Líquido
Locação de Imóvel	1.755	20	(885)	890	1.186
Equipamentos de informática	149	-	(17)	132	-
Software	802	-	-	802	237
	<u>2.706</u>	<u>20</u>	<u>(902)</u>	<u>1.824</u>	<u>1.423</u>

12. Ativo financeiro em formação

	31/12/2021	Adições	Recebimentos	Transferências	31/12/2022
Custo incorrido					
Construção em andamento	230.883	64.655	-	(295.538)	-
Margem na construção	41.769	22.310	-	(64.079)	-
Serviços de construção	17.403	4.904	-	(22.307)	-
Materiais de construção	83.534	16.869	-	(100.036)	367
Equipamentos hospitalares	752	72.596	-	(73.348)	-
Equipamento informática	-	2.950	-	(2.950)	-
Encargos sobre empréstimo	4.645	12.565	-	(17.210)	-
IOF Sobre empréstimos	2.178	562	-	(2.740)	-
Mobiliário	-	3.271	-	(3.271)	-
Adiantamento do Poder Concedete	(239.344)	-	(40.247)	279.591	-
	<u>141.820</u>	<u>200.681</u>	<u>(40.247)</u>	<u>(301.887)</u>	<u>367</u>

Em 24 de agosto de 2022, a Companhia transferiu o complexo hospitalar Centro de Referência em Saúde da Mulher à Secretaria do Estado de Saúde. Os valores que estavam registrados na conta de "Ativo financeiro em formação" foram transferidos para a conta de "Ativo financeiro de concessão" constituindo um contas a receber pelo prazo de 17 anos.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

13. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
SPDM - Associação Paulista para o Des da Medicina	-	10.489
Philips Medical System Ltda	246	5.535
Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda.	-	5.480
Spectrun Bio Energia Médico Hospitalar	1.399	-
Demais fornecedores	5.517	7.531
	<u>7.162</u>	<u>29.035</u>

A Companhia reincidiu o contrato de prestação de serviços com o fornecedor SPDM. Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as obrigações e a operação do referido fornecedor. Além disso, a Companhia apurou diversas irregularidades e descumprimentos contratuais cometidos pela SPDM. Nesse contexto, a Companhia ajuizou processo contra o fornecedor contestando os valores apurados pelo fornecedor. O posicionamento do escritório jurídico é de perda "possível". Atendendo a regra do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores provisionados foram revertidos para o resultado e os valores da ação estão divulgados na nota explicativa 20.1.

14. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2022			31/12/2021
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
BNDES - Ponte A (a)	IPCA+3,17%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	919	20.801	21.720	22.646
BNDES - Ponte B (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.482	33.218	34.700	36.195
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.829	41.003	42.832	44.677
BNDES - Financiamento (c)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 4,16%a.a.	Março de 2036	3.024	117.649	120.673	90.750
(-) Custos na transação			(263)	(2.747)	(3.010)	(3.256)
			<u>6.991</u>	<u>209.924</u>	<u>216.915</u>	<u>191.012</u>
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
1º emissão de debêntures (d)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	6.240	55.285	61.525	61.182
(-) Custos na transação			(425)	(1.447)	(1.871)	(2.262)
			<u>5.815</u>	<u>53.838</u>	<u>59.654</u>	<u>58.919</u>
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
Daycoval leasing - Banco Múltiplo (e)	Pré fixada 0,3382% a.m.	Julho de 2025	1.046	1.656	2.702	129
(-) Ajuste a valor presente			(86)	(54)	(140)	(15)
Daycoval leasing - Banco Múltiplo (e)	Pré fixada 0,8336% a.m.	Julho de 2024	53	30	83	-
(-) Ajuste a valor presente			(6)	(1)	(7)	-
Daycoval leasing - Banco Múltiplo (e)	Pré fixada 0,3457% a.m.	Julho de 2025	57	85	142	-
(-) Ajuste a valor presente			(5)	(3)	(8)	-
			<u>1.059</u>	<u>1.713</u>	<u>2.772</u>	<u>114</u>
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
Bradesco - Conta garantida (f)	CDI + 4,8845% a.a.		5.764	-	5.764	-
Santander - Capital de Giro 4131 (g)	CDI + 5,00% a.a.		8.609	-	8.609	-
			<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>		
Circulante			<u>28.238</u>	<u>5.414</u>		
Não Circulante			<u>265.475</u>	<u>244.631</u>		

- a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R\$ 58.727 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.
- b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R\$ 44.592 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de São José dos Campos.

- c) Em 31 de agosto de 2021 a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional com crédito autorizado de R\$ 120.000. A Companhia recebeu o valor de R\$ 90.000 em 30 de setembro de 2021 e 30.000 em 24 de fevereiro de 2022.

Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- d) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R\$ 60.340 totalizando um montante de 60.340 debêntures com valor Nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais.

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- e) Em abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ R\$ 123 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de São José dos Campos;

Em setembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ R\$ 149 para renovação dos computadores do escritório administrativo;

Em setembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ R\$ 2.950 para aquisição do parque tecnológico do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

f) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de conta garantida junto ao Banco Bradesco no valor de R\$ 5.764 para recomposição dos fluxos de caixa. O contrato tem vencimento em 180 dias e está classificado dentro do Passivo Circulante.

g) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de empréstimo junto ao Banco Santander Brasil no valor de R\$ 8.400 para recomposição dos fluxos de caixa. O contrato tem vencimento em 365 dias e está classificado dentro do Passivo Circulante.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Saldos no início do exercício	250.045
Captação de empréstimos	57.233
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	37.581
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(14.375)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(37.407)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	638
Saldo no final do exercício	293.713

Parte dos recursos captados na emissão de debêntures foram destinados à quitação do saldo de empréstimos com o Banco Bradesco S/A, desta forma os valores foram apresentados líquidos na Demonstração do Fluxo de Caixa.

As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:

Empréstimos

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2036	Total
Ponte A	919	1.123	1.265	1.412	16.885	21.720
Ponte B	1.482	1.808	2.213	2.266	26.929	34.700
Capital de Giro	1.829	2.232	2.509	2.797	33.239	42.832
Empréstimos	3.025	4.847	5.501	6.186	100.441	120.674
	7.255	10.010	11.488	12.661	177.494	219.927

Debêntures

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	Total
Banco Bradesco	6.240	7.463	8.236	9.109	29.293	61.525
	6.240	7.463	8.236	9.109	29.293	61.525

Leasing

	2023	2024	2025	Total
Banco Daycoval	1.555	797	575	2.927
	1.555	797	575	2.927

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP a Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao banco Itaú.

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os covenants financeiros vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

ICP - Índice de Capital Próprio (ICP) igual ou superior a 0,30;

	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido	242.525
Ativo Total	<u>711.318</u>
ICP	<u>0,340952</u>

De acordo com os Contratos de Financiamento com o BNDES e Escritura de emissão de debêntures, a Companhia deve comprovar, anualmente, durante toda a vigência dos Contratos, a manutenção do "Índice de Capital Próprio" ("ICP") em patamar igual ou superior a 0,30 (trinta centésimos), o que de acordo com os contratos caso não seja atendido será considerado vencimento antecipado não automática das respectivas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

15. Arrendamento mercantil

A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	306	313
Não Circulante	695	1.000

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.313
Pagamentos - principal	-
Pagamentos - juros	(308)
Apropriação de encargos financeiros	(101)
	97
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.000

16. Obrigações trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	970	359
Inss a pagar	603	211
Fgts a pagar	154	52
IRRF a pagar	391	170
Provisões	1.491	598
Outros	47	20
	3.656	1.410

17. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a recolher	1.403	568
ISS a recolher	359	440
INSS retido na fonte	292	105
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	269	134
Pis a recolher	299	119
ISS na fonte	62	29
IR retido na fonte	28	13
ICMS a Pagar	23	75
	2.735	1.483

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

18. Partes relacionadas

Os saldos das contas correntes passivas representam operações com partes relacionadas.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas-correntes passivas		
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	245	245
	<u>245</u>	<u>245</u>
Passivo circulante	<u>12</u>	<u>12</u>
Passivo não circulante	<u>233</u>	<u>233</u>

Adicionalmente a Companhia possui contrato de empreitada para a construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher e, contrato de sublocação e compartilhamento de despesas. Os valores estão demonstrados nas notas 12 - Ativo financeiro em formação na rubrica Construções em Andamento R\$ 295.538 (230.883 em 2021), R\$ 1.252 (R\$ 32.521 - 2021) reconhecido como Adiantamento a fornecedor demonstrado na nota 10 - Adiantamentos a fornecedores e, nota 15 - Arrendamento mercantil.

19. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	26.251	13.339
Prejuízo fiscal do exercício	(3.294)	12.912
Base ajustada	<u>22.956</u>	<u>26.251</u>
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	<u>5.739</u>	<u>6.563</u>
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	<u>2.066</u>	<u>2.363</u>
Base contábil temporária		
Base de cálculo temporária exercícios anteriores	15.471	11.705
Movimentação da base do diferido, líquidos	43	3.766
Base ajustada	<u>15.514</u>	<u>15.471</u>
Imposto de renda diferido sobre base temporária	<u>3.878</u>	<u>3.869</u>
Contribuição social diferido sobre base temporária	<u>1.396</u>	<u>1.393</u>
Total no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda	<u>9.617</u>	<u>10.431</u>
Contribuição social	<u>3.462</u>	<u>3.756</u>
	<u>13.080</u>	<u>14.187</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

19.2. Impostos registrados no passivo

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$ 105.491 (R\$ 69.649 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros sobre reequilíbrios financeiros.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	18.129	14.879
Variação monetária do ativo financeiro	29.791	17.833
Reequilíbrio financeiro	27.989	2.153
	<u>75.909</u>	<u>34.865</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	6.526	5.357
Variação monetária do ativo financeiro	10.725	6.420
Reequilíbrio financeiro	10.075	775
	<u>27.326</u>	<u>12.553</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	4.053	3.267
Variação monetária do ativo financeiro	773	464
Reequilíbrio financeiro	1.767	90
	<u>6.593</u>	<u>3.821</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	18.705	15.080
Variação monetária do ativo financeiro	4.755	2.853
Reequilíbrio financeiro	8.210	477
	<u>31.670</u>	<u>18.410</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u>141.498</u>	<u>69.649</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

19.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2022			31/12/2021		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	173.832	173.832	173.832	13.571	13.571	13.571
Adições	49.807	49.807	49.807	32.859	32.859	32.859
Realização da margem da construção	9.313	9.313	9.313	10.038	10.038	10.038
Realização da variação monetária	34.176	34.176	34.176	17.362	17.362	17.362
Bases temporárias	4.643	4.643	4.643	4.059	4.059	4.059
Outras adições	1.674	1.674	1.674	1.400	1.400	1.400
Exclusões	(212.657)	(212.657)	(212.657)	(59.342)	(59.342)	(59.342)
Margem da Construção	(22.310)	(22.310)	(22.310)	(24.442)	(24.442)	(24.442)
Varição monetária sobre contrato de concessão	(82.009)	(82.009)	(82.009)	(32.012)	(32.012)	(32.012)
Reequilíbrio financeiro	(103.342)	(103.342)	(103.342)	(1.875)	(1.875)	(1.875)
Recuperação de despesa	(4.601)	(4.601)	(4.601)	-	-	-
Outras exclusões	(396)	(396)	(396)	(1.013)	(1.013)	(1.013)
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	10.982	10.982	10.982	(12.913)	(12.913)	(12.913)
Compensações de prejuízos fiscais	(3.295)	(3.295)	(3.295)	-	-	-
Base de cálculo após compensações	7.688	7.688	7.688	-	-	-
Imposto calculado	(1.898)	(692)	(2.590)	-	-	-
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	46	-	46	-	-	-
(-) Doações	29	-	29	-	-	-
Impostos correntes registrados no resultado	(1.823)	(692)	(2.515)	-	-	-
	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2022	renda	Social	31/12/2021
Ativo financeiro de concessão	(3.249)	(1.170)	(4.419)	(3.601)	(1.296)	(4.897)
Varição monetária de ativo financeiro	(11.958)	(4.306)	(16.264)	(3.662)	(1.318)	(4.981)
Bases temporárias	11	4	15	942	339	1.280
Reequilíbrio financeiro	(25.835)	(9.301)	(35.136)	(469)	(169)	(638)
Compensação prejuízo fiscal	(824)	(297)	(1.119)	3.228	1.162	4.390
Impostos diferidos registrados no resultado	(41.855)	(15.069)	(56.924)	(3.561)	(1.283)	(4.845)

20. Provisões

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para reinvestimento	15.513	10.870
Provisão para contingência trabalhista	89	20
	<u>15.602</u>	<u>10.890</u>

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

20.1. Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R\$ 57 com a avaliação de nossos advogados de perdas possíveis, de origem trabalhista. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis.

Companhia rescindiu o contrato com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e ajuizou processo contestando os valores apurados pelo fornecedor. O posicionamento do escritório jurídico é de perda "possível". Atendendo a regra do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores serão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
SPDM Associação Pta. Para o Desenv. Da Medicina	14.636	-
	<u>14.636</u>	<u>-</u>

21. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Os valores demonstrados abaixo representam a outorga recebida para exploração do Hospital Estadual de São José dos Campos e Centro de Referência em Saúde da Mulher.

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de Exploração	2.037	1.595
	<u>2.037</u>	<u>1.595</u>

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital social

Em 2022 houve a integralização de capital no valor de R\$ 3.462 realizado através de depósito bancário.

O capital social da Companhia é de R\$ 69.282, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.

22.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim; A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1144; os acionistas optaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 87 relativos ao ano de 2021. Os valores foram revertidos para a conta de Reserva de lucros.

23. Lucro bruto

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção da concessão	202.446	221.758
Receita da concessão	70.403	49.182
Receitas acessórias	441	334
Receita de reequilíbrio financeiro	111.395	1.283
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(110)	(84)
Tributos sobre construção da concessão	(8.055)	(10.425)
Tributos sobre concessão	(4.878)	(3.408)
Tributos sobre receitas acessórias	(41)	(31)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(9.386)	(119)
Receita operacional líquida (b)	362.216	258.490
(-) Custo de construção da concessão	(180.137)	(197.316)
(-) Custo com a operação	(57.373)	(43.641)
(-) Reversão de provisão (SPDM)	11.379	-
Lucro bruto (a)	<u>136.085</u>	<u>17.533</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>37,57%</u>	<u>6,78%</u>

O aumento na Margem deve-se ao início da operação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher, reversão da constituição de provisão para pagamentos ao fornecedor "SPDM" descritos na nota explicativa 13 - Fornecedores e, reconhecimento do reequilíbrio financeiro sobre o atraso do início da operação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher mencionados na nota explicativa 8 - Contas a Receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

24. Custos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços contratados	(30.709)	(27.594)
Custo com pessoal	(13.246)	(4.235)
Materiais e equipamentos hospitalares	(4.387)	(3.537)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.112)	(3.181)
Serviços de TI	(2.248)	(2.125)
Manutenção Predial	(2.281)	(2.031)
Reposição ativo financeiro	(403)	(283)
Reversão provisão SPDM	11.379	-
Outros custos	(988)	(655)
	<u>(45.994)</u>	<u>(43.641)</u>
Custo da construção do ativo financeiro	<u>(180.137)</u>	<u>(197.316)</u>
	<u>(226.131)</u>	<u>(240.957)</u>

25. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(10.949)	(7.182)
Serviços de terceiros	(1.816)	(1.023)
Despesas gerais	(1.353)	(733)
Impostos e taxas	(1.709)	(638)
Depreciações e amortizações	(315)	(298)
	<u>(16.142)</u>	<u>(9.875)</u>

26. Receitas financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Variações monetárias sobre Ativo financeiro	82.009	32.012
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.695	1.890
Multa e juros sobre atraso no recebimento	257	397
Variações monetárias sobre reequilíbrio	1.139	349
Outras receitas financeiras	352	50
Impostos sobre receitas financeiras	(4.067)	(1.615)
	<u>83.385</u>	<u>33.083</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, a atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno.

27. Despesas financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros s/ empréstimos	(25.013)	(16.786)
Indenizações	-	(5.741)
Juros s/ mútuo	(266)	(2.450)
Despesas financeiras s/ provisão	(1.530)	(878)
lof sobre operações financeiras	(136)	(379)
Despesas e comissões bancárias	(313)	(342)
Custos nas transações com empréstimos	(665)	(270)
Juros s/ arrendamento CPC 06	(248)	(156)
Juros s/ arrendamento	(58)	(7)
Outras Despesas financeiras	(1.437)	(41)
	<u>(29.668)</u>	<u>(27.051)</u>

28. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	120.115	7.539
(+)depreciações/amortizações	315	298
Ebitda	<u>120.429</u>	<u>7.838</u>
(+) Recebimento parcela fixa	40.662	33.789
Ebitda ajustado	<u>161.091</u>	<u>41.625</u>

29. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

	Montante da
	Cobertura
Riscos cobertos	
Garantia setor público	39.929
Responsabilidade Civil	10.000
Responsabilidade Civil hospitalar	10.000
Riscos Nomeados	328.446

30. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.